

PARECER Nº /2009

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE LEI Nº 62/2009

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL

RELATOR: VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES

1. Relatório

O Projeto de Lei nº 62/2009 é de iniciativa do Prefeito Municipal, que busca, por intermédio dele, autorização legislativa para promover a aquisição, por compra, de um imóvel urbano.

2. O imóvel acima referido é identificado como lote n.º 8, da Quadra 2, situado nesta cidade, na Rua Águas Marinhas, Bairro Capim Branco, com área de 416,11 m² (quatrocentos e dezesseis vírgula onze metros quadrados), registrado sob a Matrícula n.º 31.572 no Cartório de Registro de Imóveis de Unaí, e será adquirido, nos termos do artigo 1º, pelo valor de R\$ 4.265,12 (quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais e doze centavos).

3. Na Mensagem n.º 54, de 23 de setembro de 2009, de fls. 02/03, o Sr. Prefeito justifica ser necessária a presente aquisição para promover a justa indenização ao proprietário do referido imóvel, Sr. Luiz Cláudio de Oliveira, haja vista que o Município utilizou seu imóvel para execução das obras de canalização e urbanização do Córrego Canabrava e na constituição do Parque Linear.

4. Fez-se acompanhar, da matéria em destaque, o Processo Administrativo n.º 06332-001/2008, de fls. 08 a 22, que motivou a presente aquisição.

5. Recebido e publicado no quadro de avisos em 24 de setembro de 2009, o projeto sob comento foi distribuído às Duntas Comissões de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos e de Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipais, nas quais recebeu parecer¹ e votação favorável à sua aprovação.

¹ Os pareceres estão nas fls.25/29 e 33/37.

6. Em seguida, o presente projeto foi distribuído a esta Comissão, a qual me designou relator da matéria, para exame e parecer nos termos regimentais.

7. Antes de exarar parecer sobre a matéria, requeri, verbalmente, a conversão do projeto sob exame em diligência, para que o Poder Executivo encaminhasse o Laudo de Avaliação do imóvel que o Município pretende adquirir, a qual foi aprovada nos termos da Ata de fl.42.

8. A referida diligência foi atendida pelo Sr. Prefeito, conforme documentos de fls.44/46, razão pela qual se procede com a análise da matéria.

9. É o relatório. Passo à fundamentação.

2. Fundamentação

10. A competência desta Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “d” e “g”, da Resolução nº 195/92, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

g) aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição de receita e despesa;

(...)

11. Conforme dito no sucinto relatório, o Município utilizou o lote n.º 8, da Quadra 2, situado nesta cidade, na Rua Águas Marinhas, Bairro Capim Branco, com área de 416,11 m2

(quatrocentos e dezesseis vírgula onze metros quadrados), para execução das obras de canalização e urbanização do Córrego Canabrava e constituição do Parque Linear, devendo, dessa forma, haver a justa indenização do bem particular utilizado.

12. Cuidou o Digno Autor de acostar à proposição o indispensável Laudo de Avaliação, de fl. 46, expedido pela Comissão de Avaliação da Prefeitura Municipal de Unaí, a qual avaliou o metro quadrado do imóvel em questão por R\$ 10,25 (dez reais e vinte e cinco centavos), que multiplicado pela sua área soma R\$ 4.265,12 (quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais e doze centavos).

13. Ressalte-se, por pertinente, que o proprietário do imóvel em tela, consoante manifestação de fl.17, concordou com a citada avaliação.

14. A aquisição, por compra, que ora se pretende autorizar irá gerar ônus para os cofres públicos, todavia, em contrapartida, os administrados estão gozando dos benefícios da infraestrutura urbana já construída no local.

15. A geração de despesa pública está disciplinada nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, sendo possível desde que conste no processo a declaração do ordenador de despesa de que o aumento tenha adequação com as peças orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA) e a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, sendo ressalvada dessas formalidades a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a LDO. Esta considera despesas irrelevantes aquelas cujo valor anual não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993. Vê-se pelo processo que o valor da aquisição em questão não ultrapassa os limites previstos na Lei Federal n.º 8.666, de 1993, não sendo necessário, portanto, a declaração do ordenador de despesa nem a estimativa do impacto orçamentário financeiro.

16. Assim sendo, não enxergo quaisquer óbices quanto aos aspectos financeiros e orçamentários aqui analisados, merecendo a matéria destacada ser aprovada pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

3. Conclusão

17. **Ante o exposto**, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 62/2009.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 11 de novembro de 2009.

VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES
Relator Designado